

# RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Praticando 500  
Questões Gabaritadas



CÓD: SL-047DZ-22  
7908433230533

## Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Língua Inglesa.....	17
3. Raciocínio Lógico-Matemático.....	45
4. Estatística .....	53
5. Economia e Finanças Públicas .....	65
6. Administração Geral e Pública.....	77
7. Auditoria.....	87
8. Contabilidade Aplicada ao Setor Público.....	95
9. Direito Administrativo.....	103
10. Contabilidade Geral.....	115
11. Direito Constitucional.....	125
12. Direito Previdenciário.....	135
13. Direito Tributário.....	141
14. Legislação Tributária.....	149
15. Comércio Internacional.....	155

## 5. FGV - ESC POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

Assunto: Poder Disciplinar

O Estado Beta, por meio de sua Polícia Civil, celebrou contrato administrativo para aquisição de insumos que serão utilizados por seus órgãos de polícia técnica e científica. Ocorre que a sociedade empresária contratada descumpriu a legislação de regência e o próprio contrato, de maneira que, observadas as formalidades legais, lhe foram aplicadas sanções administrativas.

No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a imposição das citadas penalidades administrativas pelo poder público estadual sobre a sociedade empresária decorreu diretamente do poder administrativo

- (A) de polícia.
- (B) de perícia.
- (C) hierárquico.
- (D) disciplinar.
- (E) regulamentar.

## 6. FGV - AAFE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Poder de Polícia

José estacionou sua moto em local proibido, de maneira que o agente público competente lhe aplicou uma multa, prevista na legislação de regência.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, no caso em tela, a multa aplicada a José está baseada na prerrogativa da Administração Pública que decorre do exercício do poder administrativo

- (A) hierárquico.
- (B) disciplinar.
- (C) de polícia.
- (D) normativo.
- (E) regulamentar.

## 7. FGV - AUX (MPE SC)/MPE SC/2022

Assunto: Abuso de Poder. Excesso de Poder e Desvio de Finalidade (poderes da Administração)

José, auxiliar administrativo do Ministério Público do Estado Alfa, exerce a função de gerente de pagamento no Departamento de Recursos Humanos. No exercício de suas funções, José praticou ato administrativo dentro de sua esfera de competência, mas afastando-se do interesse público, eis que a real motivação do ato foi retaliar João, igualmente servidor público do Ministério Público, e seu antigo desafeto.

No caso em tela, de acordo com o que ensina a doutrina de Direito Administrativo, José agiu.

- (A) ilicitamente, com abuso de poder, na modalidade excesso de poder, eis que atuou fora dos limites de sua capacidade;
- (B) ilicitamente, com abuso de poder, na modalidade desvio de poder, eis que se afastou da finalidade pública;

(C) licitamente, com regular emprego do poder discricionário, eis que o ato não precisa ser motivado e a análise do mérito administrativo cabe apenas ao agente;

(D) licitamente, com regular emprego do poder vinculado, eis que o ato não precisa ser motivado e a análise do mérito administrativo cabe apenas ao agente e aos seus superiores;

(E) licitamente, com regular emprego do poder discricionário, eis que a análise do mérito administrativo cabe apenas ao agente e ao procurador-geral de Justiça.

## 8. FGV - ASS ADM (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Administração Direta (órgãos públicos)

Analisando o Ministério Público de Goiás sob a ótica da organização administrativa, temática que estuda a estrutura da Administração Pública, é correto afirmar que ele é um exemplo de

- (A) órgão público.
- (B) poder constitucional.
- (C) secretaria de governo.
- (D) entidade administrativa.
- (E) pessoa jurídica de direito público externo.

## 9. FGV - AGC (EPE)/EPE/RECURSOS HUMANOS/2022

Assunto: Administração Indireta

Considere que o Governo Federal decida criar uma nova autarquia federal para desenvolver práticas e tecnologias inovadoras associadas a energias sustentáveis, visando ajudar o Brasil na meta de reduzir em 50% as emissões de carbono até 2030.

Em relação à criação dessa autarquia, é correto afirmar que ela deve ser criada por meio de

- (A) lei específica.
- (B) decreto autônomo.
- (C) regulamento especial.
- (D) registro dos atos constitutivos.
- (E) resolução legislativa.

## 10. FGV - AJ (TJDFT)/TJDFT/APOIO ESPECIALIZADO/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Desconcentração e Descentralização

O prefeito do Município Alfa decidiu promover uma ampla reestruturação da Administração pública indireta. Para tanto, decidiu que fosse elaborado um estudo preliminar, de modo a delinear os contornos gerais de: (1) duas entidades com personalidade jurídica própria, para a execução dos serviços públicos de limpeza urbana e de administração de cemitérios públicos; e (2) de órgãos específicos, a serem criados no âmbito da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Ordem Pública, de modo a aumentar a especialização e, conseqüentemente, o nível de eficiência estatal.

12. FGV - TL (SEN)/SEN/POLICIAL LEGISLATIVO FEDERAL/2022

Assunto: Pronomes de tratamento

Na redação oficial atual, são muito utilizados os pronomes de tratamento e as abreviaturas correspondentes.

Assinale a opção que indica, **correta** e respectivamente, para quem o tratamento é usado, a forma de tratamento e sua forma abreviada.

- (A) Cardeais / Vossa Eminência / V. Em.a
- (B) Reis e imperadores / Vossa Alteza / V. A.
- (C) Altas autoridades do Governo / Vossa Excelência / V. Ex.cia
- (D) Reitores das Universidades / Vossa Reverência / V. Rev.a
- (E) Funcionários públicos graduados / Vossa Senhoria / V. S.

13. FGV - ASSCE (TCE-TO)/TCE TO/"SEM ÁREA"/2022

Assunto: Pronomes demonstrativos

Os pronomes demonstrativos mostram empregos bem definidos em língua portuguesa; a opção abaixo em que o emprego do demonstrativo está adequado, é.

- (A) Esta é a verdade. ninguém é totalmente honesto;
- (B) José e Maria vieram à festa. este, de ônibus, aquele, de táxi;
- (C) Este cigarro que você está fumando, faz mal à sua saúde;
- (D) Os tempos atuais são diferentes destes tempos de outrora;
- (E) Aquela sala que você vê na foto é bastante ampla.

14. FGV - ESTAG (MPE BA)/MPE BA/DIREITO/2022

Assunto: Pronomes relativos

A frase em que o pronome relativo destacado se refere ao termo entre parênteses, presente na mesma frase, é.

- (A) A família é um conjunto de pessoas **que** se defendem em bloco e se atacam em particular – (conjunto);
- (B) Algumas das mais belas árvores genealógicas **que** vicejam por aí têm raízes no esterco – (algumas);
- (C) Todo homem tem horas de criança, e infeliz daquele **que** não as tem – (todo homem);
- (D) Não é a qualidade do dinheiro que você ganha, é a quantidade de dinheiro **que** você guarda – (dinheiro);
- (E) Avó é a mãe **que** teve uma segunda chance – (avó).

15. FGV - INV POL (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Advérbio

Todas as frases abaixo mostram locuções adverbiais sublinhadas; a frase em que a locução destacada foi substituída de forma adequada é.

- (A) Nenhum banco morre de repente / repentinamente;
- (B) As mudanças nunca ocorrem sem inconvenientes, até mesmo do pior para o melhor / complexamente;
- (C) Repreende o amigo em segredo e elogia-o em pú-

blico / descaradamente;

- (D) Um homem muito lido nunca cita com precisão / necessariamente;
- (E) O sol se põe de novo a cada noite / repetidamente.

16. FGV - INV POL (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Preposição

Texto 1

"Investigação é o ato ou efeito de investigar, busca, pesquisa. Ou seja, investigação criminal pode ser definida como a atividade preliminar de produzir e colher elementos de convicção acerca da materialidade, de autoria ou participação referente a um fato tido como criminoso"

(Jus.com.br).

"Investigação é o ato ou efeito de investigar, busca, pesquisa. Ou seja, investigação criminal pode ser definida como a atividade preliminar de produzir e colher elementos de convicção...".

Nesse segmento do texto, há três ocorrências da preposição DE, sem que nenhuma delas seja solicitada por um termo anterior.

A frase abaixo em que a preposição DE tem valor gramatical, ou seja, é uma exigência de um termo anterior, é.

- (A) Não pedi a empresário nenhum que chegasse com malas DE dólares em minha casa;
- (B) Ninguém quer ser mulher DE malandro. O Brasil não precisa sofrer gol para depois marcar;
- (C) Tenho certeza DE que, no Brasil, mais jovens fumaram maconha do que gente comeu carne;
- (D) Os gerentes do banco, como diz o ditado, estão mais perdidos que cachorro em dia DE mudança;
- (E) Beijar a boca DE uma mulher bonita é fácil.

17. FGV - AT (TCE TO)/TCE TO/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2022

Assunto: Conjunção

Em 2020, a pandemia de Covid-19 alterou profundamente a vida no planeta Terra. Suas consequências sociais, econômicas e psicológicas ainda não são plenamente conhecidas – mas serão certamente duradouras. Os dois textos desta prova discutem algumas dessas consequências.

Texto 1

Z de depressão (fragmento)

"Quando o sol nasce em Minas Gerais, Caio está em seu quarto. Ao cair da noite, também é lá que o rapaz fica, isolado. Ele tem 21 anos e mora em Luz, cidade mineira de pouco mais de 18 mil habitantes. Até os 8 anos, levou a vida tranquila de alguém que cresce numa cidade pequena. Mas então um dos seus tios se matou, e o menino foi se tornando cada vez mais triste. Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos – 'não sobrou ninguém', ele conta. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas. [...]

Na adolescência, Caio identificou que era um homem

Still, there is growing urgency for organizations to understand and manage ESG risks, particularly as investors and regulators focus on organizations producing high-quality reporting on sustainability efforts. What's more, that pressure is being reflected increasingly in executive performance as more organizations tie incentive compensation metrics to ESG goals.

As ESG reporting becomes increasingly common, it should be treated with the same care as financial reporting. Organizations need to recognize that ESG reporting must be built on a strategically crafted system of internal controls and accurately reflect how an organization's ESG efforts relate to each other, the organization's finances, and value creation.

Internal audit can and should play a significant role in an organization's ESG journey. It can add value in an advisory capacity by helping to identify and establish a functional ESG control environment. It also can offer critical assurance support by providing an independent and objective review of the effectiveness of ESG risk assessments, responses, and controls.

Source: Adapted from <https://na.theiia.org/about-ia/PublicDocuments/White-Paper-Internal-Audits-Role-in-ESG-Reporting.pdf>

According to the text, "C-suite executives" (first paragraph), that is, those in top positions within a company, have been.

- (A) endeavoring to hold back innovation;
- (B) looking forward to better positions;
- (C) supporting less critical reports;
- (D) resisting sustainability issues;
- (E) trying to grasp the novelty.

#### 4. FGV - AUFC (TCU)/TCU/CONTROLE EXTERNO/AUDITORIA GOVERNAMENTAL/2022

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

Internal audit's role in ESG reporting

Conversations and focus on sustainability, typically grouped into environmental, social and governance (ESG) issues, are quickly evolving — from activist investor groups and inquisitive regulators pushing for change to governing bodies and C-suite executives struggling to understand and embrace the concept. At the forefront of this new risk area is pressure for organizations to make public commitments to sustainability and provide routine updates to ESG-related strategies, goals, and metrics that are accurate and relevant. However, ESG reporting is still immature, and there is not a lot of definitive guidance for organizations in this space. For example, there is no single standard for what should be reported.

What is clear is that strong governance over ESG — as with effective governance overall — requires alignment among the principal players as outlined in The Internal Institute of Auditors (IIA) Three Lines Model. As with any risk

area, internal audit should be well-positioned to support the governing body and management with objective assurance, insights, and advice on ESG matters.

Embarking on the ESG journey

Efforts to mitigate the accelerating effects of climate change and address perceived historical social inequities are two powerful issues driving change globally. These movements have enhanced awareness of how all organizations impact, influence, and interact with society and the environment.

They also have spurred organizations to better recognize and manage ESG risks (i.e., risks associated with how organizations operate in respect to their impact on the world around them). This broad risk category includes areas that are dynamic and often driven by factors that can be difficult to measure objectively.

Still, there is growing urgency for organizations to understand and manage ESG risks, particularly as investors and regulators focus on organizations producing high-quality reporting on sustainability efforts. What's more, that pressure is being reflected increasingly in executive performance as more organizations tie incentive compensation metrics to ESG goals.

As ESG reporting becomes increasingly common, it should be treated with the same care as financial reporting. Organizations need to recognize that ESG reporting must be built on a strategically crafted system of internal controls and accurately reflect how an organization's ESG efforts relate to each other, the organization's finances, and value creation.

Internal audit can and should play a significant role in an organization's ESG journey. It can add value in an advisory capacity by helping to identify and establish a functional ESG control environment. It also can offer critical assurance support by providing an independent and objective review of the effectiveness of ESG risk assessments, responses, and controls.

Source: Adapted from <https://na.theiia.org/about-ia/PublicDocuments/White-Paper-Internal-Audits-Role-in-ESG-Reporting.pdf>

The excerpt "Efforts to mitigate the accelerating effects of climate change" (third paragraph) indicates that, if effective, the speed of climate change will be.

- (A) doubled;
- (B) resumed;
- (C) lessened;
- (D) loosened;
- (E) unleashed.

Dos possíveis valores de  $c$ , a soma do menor com o maior é

- (A) 15.
- (B) 14.
- (C) 13.
- (D) 12.
- (E) 11.

7. FGV - AAO (IMBEL)/IMBEL/AJUDANTE GERAL/2021

Assunto: Números racionais. introdução, representação, propriedades

Assinale a opção que mostra o maior dos números abaixo.

- (A) 0,559.
- (B) 0,568.
- (C) 0,74.
- (D) 0,2021.
- (E) 0,57.

8. FGV - 2º TEN (CBM AM)/CBM AM/2022

Assunto: Frações e dízimas periódicas

Em um grupo de pessoas, o número de homens é igual

ao número de mulheres. Selecionam-se então  $\frac{2}{5}$  dos homens  $\frac{3}{4}$  das mulheres e forma-se um novo grupo.

Nesse novo grupo, em relação ao total de pessoas, as mulheres representam

- (A)  $\frac{2}{3}$
- (B)  $\frac{5}{9}$
- (C)  $\frac{7}{20}$
- (D)  $\frac{15}{23}$
- (E)  $\frac{17}{25}$

9. FGV - AAO (IMBEL)/IMBEL/AJUDANTE GERAL/2021

Assunto: Operações com números decimais

Gabriel entra em uma lanchonete com R\$ 80,00 para comprar sanduíches e sucos. Cada sanduíche custa R\$ 13,50 e cada suco custa R\$ 5,60. Gabriel compra a maior quantidade possível de sanduíches com os R\$ 80,00 e, com o que sobra, compra a maior quantidade de sucos possível. Ao final, Gabriel ficou com

- (A) R\$ 2,40.
- (B) R\$ 2,20.

- (C) R\$ 1,30.
- (D) R\$ 1,20.
- (E) R\$ 0,70.

10. FGV - AO (SSP AM)/SSP AM/2022

Assunto: Porcentagem

A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas registrou as ocorrências de roubo de veículos em Manaus nos últimos anos. No ano de 2019 foram 2440 ocorrências e no ano seguinte, 1880.

Nesse período, as ocorrências de roubo de veículos em Manaus diminuíram em cerca de

- (A) 14%.
- (B) 17%.
- (C) 20%.
- (D) 23%.
- (E) 26%.

11. FGV - TJ TRT16/TRT 16/ADMINISTRATIVA/QUALQUER ÁREA/2022

Assunto: Proporções. Grandezas proporcionais. Divisão em partes proporcionais

Uma empresa de engenharia está realizando as obras X, Y e Z. Foram comprados 360 sacos de cimento que deverão ser repartidos entre as obras X, Y e Z em partes proporcionais aos números 4, 7 e 9, respectivamente.

O número de sacos de cimento que a obra Y receberá é

- (A) 108.
- (B) 112.
- (C) 120.
- (D) 126.
- (E) 144.

12. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/CONDUTOR DE AMBULÂNCIA CATEGORIA/2022

Assunto: Regra de três simples

Gabriel, com sua van carregada, gasta 20 litros de combustível para percorrer 160km. Ele foi contratado para levar mercadorias de Manaus até Humaitá, que está a 700km de distância.

A quantidade de litros de combustível que Gabriel gastará para essa viagem é, aproximadamente,

- (A) 76.
- (B) 80.
- (C) 84.
- (D) 88.
- (E) 92.

4. FGV - TNS (SSP AM)/SSP AM/2022

Assunto: Problemas introdutórios de probabilidade. eventos equiprováveis e abordagem frequentista

Duas urnas A e B têm, cada uma, 26 bolinhas. Em cada urna, cada bolinha tem uma letra do alfabeto, sem repetição. Retira-se aleatoriamente uma bolinha de cada urna.

A probabilidade de a bolinha sorteada da urna A ter uma letra que, na ordem alfabética, é anterior à letra sorteada da urna B é

- (A)  $\frac{1}{2}$   
 (B)  $\frac{25}{52}$   
 (C)  $\frac{13}{50}$   
 (D)  $\frac{1}{3}$   
 (E)  $\frac{1}{26}$

5. FGV - CONS TE (SEFAZ ES)/SEFAZ ES/CIÊNCIAS ECONÔMICAS/2022

Assunto: Probabilidade condicional

As probabilidades de dois eventos A e B são  $P[A] = 0,5$ ,  $P[B] = 0,8$ . A probabilidade condicional de A ocorrer dado que B ocorre é  $P[A|B] = 0,6$ .

Assim, a probabilidade de que A ou B ocorram é igual a

- (A) 0,56.  
 (B) 0,60.  
 (C) 0,76.  
 (D) 0,82.  
 (E) 0,94.

6. FGV - AAFE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Probabilidade da intersecção

Em uma urna há 5 bolas iguais, cada uma com uma letra da sigla SEFAZ. Todas as bolas têm letras diferentes entre si. Retiram-se, aleatoriamente, 2 bolas da urna.

A probabilidade de que tenham sido retiradas as 2 vogais é de

- (A)  $\frac{1}{5}$   
 (B)  $\frac{2}{5}$   
 (C)  $\frac{3}{5}$

- (D)  $\frac{3}{10}$   
 (E)  $\frac{1}{10}$

7. FGV - AG TE (SEFAZ BA)/SEFAZ BA/ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/2022

Assunto: Esperança, moda e quantis de variáveis discretas

Uma variável aleatória discreta X tem a seguinte distribuição de probabilidades.

x	1	3	5	10
p(x)	0,1	0,2	0,3	0,4

A média de X é igual a

- (A) 3,5.  
 (B) 4,0.  
 (C) 5,4.  
 (D) 6,2.  
 (E) 7,0.

8. FGV - ANA (MPE SC)/MPE SC/DADOS E PESQUISAS/2022

Assunto: Covariância; matriz de variâncias e covariâncias. Variância da soma e da diferença

As variáveis aleatórias X e Y são tais que  $\text{Var}(X) = 1$ ,  $\text{Var}(Y) = 4$  e  $\text{Cov}(X,Y) = -1$ .

O valor de  $\text{Var}(Y - 2X)$  é.

- (A) 0;  
 (B) 4;  
 (C) 6;  
 (D) 8;  
 (E) 12.

9. FGV - API (FUNSAÚDE CE)/FUNSAÚDE CE/ESTATÍSTICA/2021

Assunto: Correlação linear entre variáveis aleatórias

Dois variáveis discretas X e Y têm função de probabilidade conjunta dada na seguinte tabela.

y \ x	0	1	2
0	0,2	0,1	0,2
1	0,2	0,1	0,2

Assim, por exemplo,  $P[X = 0; Y = 1] = 0,2$ .

O coeficiente de correlação entre X e Y é igual a

- (A) 0,0.  
 (B) 0,1.  
 (C) 0,2.  
 (D) 0,4.  
 (E) 1,0.

4. FGV - ACE (TCE TO)/TCE TO/CIÊNCIAS ECONÔMICAS/2022

Assunto: Restrição orçamentária

Considere uma economia composta por somente dois bens, 1 e 2, cujas quantidades consumidas são, respectivamente, A e B. Assuma também que em dezembro de 2021 os preços dos bens 1 e 2 sejam, respectivamente, p e q, e o consumidor possua renda M. Suponha que, em janeiro de 2022, o preço do bem 1 sofra um aumento de 80%, o preço do bem 2 sofra um aumento de 40% e a renda do consumidor dobre de valor.

Ao determinar a escolha ótima dos bens 1 e 2, em janeiro de 2022, o consumidor se defronta com a seguinte restrição orçamentária.

- (A)  $0, 2pA + 0, 6qB \leq 2M$
- (B)  $0, 8pA + 0, 4qB \leq M$
- (C)  $0, 8pA + 0, 4qB = 2M$
- (D)  $0, 9pA + 0, 7qB \leq M$
- (E)  $0, 9pA + 0, 7qB = 2M$

5. FGV - ACE (TCE TO)/TCE TO/CIÊNCIAS ECONÔMICAS/2022

Assunto: Produção

Considere uma firma que utiliza os fatores de produção capital (K) e trabalho (l) e apresenta função de produção

$$q = f(K, l) = 30K^{\alpha}\beta, \text{ com } \alpha = 1/3, \beta = 2/3$$

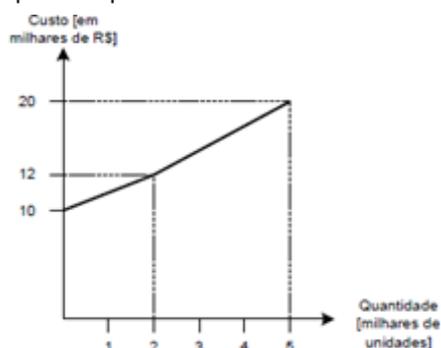
Se PMgK a produtividade marginal do trabalho e PMgK a produtividade marginal do capital, é correto afirmar que.

- (A) PMgK = 40, quando K = 8 e l = 1;
- (B) PMgL = 20, quando K = 8 e l = 1;
- (C) PMgK = 5, quando K = 1 e l = 8;
- (D) PMgL > PMgK, quando K = 8 e l = 1;
- (E) a razão entre PMgL e PMgK é igual a  $(K/l)^{2/3}$

6. FGV - APE (EPE)/EPE/ECONOMIA DE ENERGIA/2022

Assunto: Custos

A figura a seguir mostra a curva de custo de produção de uma empresa hipotética.



Após a análise da curva, é correto afirmar que

- (A) o custo fixo de produção é de R\$ 20.000,00.
- (B) o custo de produção não varia em função da quantidade de bens produzidos.
- (C) o custo marginal de produção para aumentar a produção de 1 mil para 2 mil unidades é de R\$ 1.000,00 por unidade.
- (D) o custo marginal de produção para aumentar a produção de 1 mil para 2 mil unidades é de R\$ 1,00 por unidade.
- (E) o custo de produção para mil unidades é R\$ 12.000,00.

7. FGV - AUFC (TCU)/TCU/CONTROLE EXTERNO/AUDITORIA GOVERNAMENTAL/2022

Assunto: Tipos de estrutura

Em relação às consequências das decisões das firmas sobre preços e quantidades em estruturas de mercado de concorrência imperfeita, é correto afirmar que.

- (A) a firma seguidora em um duopólio de Stackelberg obtém lucro superior ao que obteria em um duopólio de Cournot, porque possui vantagem informacional ao reagir sequencialmente à decisão de produção da firma líder;
- (B) a ocorrência do paradoxo de Bertrand em mercados oligopolizados pressupõe que haja restrição individual de capacidade produtiva para atender a demanda de mercado e que as firmas produzam produtos diferenciados;
- (C) a regulação de preços pelo custo marginal que busca a solução competitiva no monopólio natural, em mercados incontestáveis e sem produtos substitutos, é uma solução intermediária entre a determinação de preços pela regra do markup e a solução socialmente eficiente;
- (D) a regulação em mercados monopolisticamente competitivos pode ser dispensada quando nenhuma firma tem substancial poder de mercado e os ganhos advindos da valorização dos consumidores pela diversidade de marcas e produtos tendem a superar o custo social;
- (E) quando o monopolista não é capaz de estimar as curvas de demanda dos consumidores individuais ou de grupos de consumidores distintos, o mecanismo mais eficaz de captura dos excedentes dos consumidores é o incentivo à autosseleção (self selection) por meio da prática de discriminação de preços de terceiro grau, tal como a tarifação em duas partes.

8. FGV - CL (SEN)/SEN/ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO/AGRICULTURA/2022

Assunto: Eficiência (ou ótimo) de Pareto

Considere o seguinte caso do Dilema dos Prisioneiros. Dois criminosos são presos e interrogados em salas separadas, sem possibilidade de comunicação entre ambos.

## 5. FGV - INV POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

Assunto: Escola da Teoria Clássica

No desenvolvimento da administração em uma organização, são fundamentais a divisão do trabalho, a designação de tarefas específicas para cada indivíduo, resultado em especialização das funções e separação dos poderes.

Esses elementos são compreendidos no rol

- (A) das capacidades de liderança.
- (B) das competências estratégicas.
- (C) da motivação dos empregados.
- (D) dos princípios para administração eficaz.
- (E) dos valores gerenciais.

## 6. FGV - ES (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/ADMINISTRADOR GERAL/2022

Assunto: Teoria das Relações Humanas (Abordagem Humanística da Administração)

Dentre as teorias da Administração, uma delas teve origem em um experimento realizado em uma fábrica americana, localizada na cidade de Chicago, e tinha como objetivo a identificação dos efeitos da variação da luminosidade no ambiente de trabalho sobre a produtividade dos empregados.

Assinale a opção que apresenta o resultado desse experimento.

- (A) O nível de produção de uma fábrica estaria relacionado com a integração social dos colaboradores.
- (B) A especialização de tarefas permitiria o afastamento do risco de alienação do trabalho.
- (C) Existiriam diversas soluções ótimas para a execução do trabalho.
- (D) As variáveis ambientais independentes deveriam ser tratadas como insumos potenciais.
- (E) A redução da luminosidade no ambiente de trabalho reduziria a produtividade na mesma proporção.

## 7. FGV - ASS ADM (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Divergências entre a gestão pública e a privada

Embora a gestão pública e a gestão privada possuam semelhanças, a exemplo de algumas técnicas administrativas usadas, as divergências também são numerosas, em razão da própria natureza de cada uma.

Evidencia-se como exemplo de diferença o fato de que

- (A) as gerências são mais estáveis na administração privada, enquanto na pública possuem maior rotatividade.
- (B) as ações na gestão privada são mais rígidas e complexas, enquanto na pública são mais flexíveis.
- (C) todos os acionistas pagam pelos serviços na gestão privada, enquanto na pública apenas os cidadãos que os utilizam pagam.

(D) o gestor privado pode fazer apenas o que é determinado por lei, enquanto ao gestor público é permitido fazer tudo que não é proibido.

(E) o processo decisório é mais lento e organizado na gestão privada, enquanto na pública é mais rápido e diligente.

## 8. FGV - AJ (TJDFT)/TJDFT/APOIO ESPECIALIZADO/CONTABILIDADE/2022

Assunto: Governança Corporativa

O Modelo de Três Linhas se propõe a ser mais eficaz, uma vez que foi adaptado para se alinhar aos objetivos e circunstâncias da organização. De acordo com o modelo, o corpo administrativo, a gestão e a auditoria interna têm responsabilidades distintas, mas todas as atividades precisam estar alinhadas com os objetivos da organização.

Nesse contexto, um papel relacionado à terceira linha refere-se a.

- (A) alinhamento dos objetivos organizacionais com os interesses priorizados pelos stakeholders;
- (B) avaliação independente e objetiva quanto ao atingimento dos objetivos;
- (C) definição de regulamentos e comportamento ético aceitável;
- (D) fornecimento de assistência no gerenciamento de riscos corporativos;
- (E) garantia de conformidade com as expectativas legais, regulatórias e éticas.

## 9. FGV - ES (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/ADMINISTRADOR GERAL/2022

Assunto: *Accountability* e Transparência

Analise o texto a seguir, retirado do sítio de internet Agência Senado.

“O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma”.

À luz dos tipos de *accountability*, mecanismo que auxilia na responsabilização dos agentes do Estado, é correto afirmar que o *impeachment* constitui essencialmente um exemplo de *accountability*

- (A) vertical.
- (B) horizontal.
- (C) societal.
- (D) parcial.
- (E) integral.

4. FGV - SUP (IMBEL)/IMBEL/AUDITOR/2021

Assunto: Materialidade, Relevância e Risco em Auditoria Independente

De acordo com a NBC TA 320 (R1) - Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria, a estrutura de relatórios financeiros discute com frequência o conceito de materialidade, no contexto da elaboração e da apresentação de demonstrações contábeis. Nesse sentido, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) As distorções são consideradas relevantes quando é certo que elas podem influenciar as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis.
- (B) Os julgamentos sobre materialidade são feitos à luz das circunstâncias envolvidas, e são afetados pela magnitude e natureza das distorções, ou a combinação de ambas.
- (C) Os julgamentos sobre quais assuntos das demonstrações contábeis são relevantes baseiam-se em considerações sobre o possível efeito de distorções sobre os usuários primários das demonstrações contábeis.
- (D) A determinação de materialidade pelo auditor deve ser baseada em critérios objetivos e não deve ser afetada por seu julgamento.
- (E) A materialidade para as demonstrações contábeis, uma vez definida no planejamento, não deve ser modificada para a execução da auditoria.

5. FGV - AFT (PAULÍNIA)/PREF PAULÍNIA/2021

Assunto: Materialidade, Relevância e Risco em Auditoria Independente

De acordo com a NBC TA 320 (R1) – Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria, a determinação de materialidade pelo auditor é uma questão de julgamento profissional e é afetada pela percepção do auditor das necessidades de informações financeiras dos usuários das demonstrações contábeis.

Neste contexto, o auditor assume os fatos em relação aos usuários apresentados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- (B) Possuem conhecimento razoável das atividades econômicas, de contabilidade e a disposição de estudar as informações das demonstrações contábeis com razoável diligência.
- (C) Têm experiência em análise de demonstrações contábeis.
- (D) Reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores baseados no uso de estimativas, julgamento e a consideração sobre eventos futuros.

(E) Entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade.

6. FGV - AUDADM (FUNSAÚDE CE)/FUNSAÚDE CE/2021

Assunto: Evidência em Auditoria

Em relação às fontes de informações externas, de acordo com a NBC TA 500 (R1) - Evidência de Auditoria, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Incluem serviços de organizações governamentais, bancos centrais, bolsas de valores reconhecidas, organizações agindo como especialista da administração e especialista do auditor.
- (B) Podem fornecer informações sobre dados relacionados com precificação, dados macroeconômicos, como taxas de desemprego, históricas e projetadas, taxas de crescimento econômico, ou dados de censos e dados históricos de crédito.
- (C) Um indivíduo externo ou organização externa pode ser fonte de informações externa e especialista da administração, ao mesmo tempo, com relação a qualquer conjunto de informações específico.
- (D) A determinação sobre a adequação das informações para os usuários, levando-se em consideração a capacidade de a entidade de influenciar a fonte de informações externa, é objetiva e não envolve julgamentos.
- (E) É menos provável que um conjunto específico de informações seja adequado para o uso por grande número de usuários e é mais provável que ele esteja sujeito à influência de qualquer usuário específico se a organização externa o disponibiliza para vasta gama de usuários em troca do pagamento de taxa.

7. FGV - ANA (MPE SC)/MPE SC/CONTABILIDADE/2022

Assunto: Testes e Procedimentos em Auditoria

Uma equipe de auditores foi designada para investigar irregularidades na compra de equipamentos hospitalares adquiridos em regime de urgência em decorrência de um incêndio que afetou os equipamentos em uso anteriormente. Após um exame inicial das notas fiscais constantes no processo de aquisição, os auditores começaram a buscar evidências de superfaturamento.

Para obter esse tipo de evidência, uma técnica recomendada é.

- (A) revisão analítica;
- (B) observação direta;
- (C) exame documental;
- (D) confirmação positiva;
- (E) conferência de cálculos.

Um elemento desse instrumento que dificulta a sua comparabilidade ao longo do tempo e com outros entes é:

- (A) ausência de efetiva integração com a LDO;
- (B) dificuldade de alteração dos programas definidos;
- (C) excessivo detalhamento dos objetivos e metas;
- (D) falta de regulamentação dos critérios de regionalização;
- (E) inexistência de avaliação periódica dos programas.

#### 6. FGV - AGC (EPE)/EPE/RECURSOS HUMANOS/2022

Assunto: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

Em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, um dos motivos principais de sua concepção está relacionado à promoção da integração entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual, auxiliando no alinhamento dos objetivos de médio prazo com o contexto anual.

Acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias, é correto afirmar que uma de suas atribuições constitucionais é

- (A) orientar a elaboração do Plano Plurianual.
- (B) estabelecer a política de aplicação das agências reguladoras oficiais.
- (C) determinar as diretrizes, os objetivos e as metas da administração federal.
- (D) definir, de forma regionalizada, os programas de duração continuada.
- (E) dispor sobre mudanças na legislação tributária.

#### 7. FGV - ACE (TCE TO)/TCE TO/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: LOA - Lei Orçamentária Anual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

O processo de planejamento orçamentário no Brasil é requerido, a partir de instrumentos com formato legal que, quando dada a transparência adequada, permitem controle social e fomentam o exercício da cidadania.

O instrumento orçamentário que, compatibilizado com o PPA, deve ser elaborado com o objetivo de reduzir desigualdades inter-regionais é o(a).

- (A) Anexo de Metas Fiscais;
- (B) Anexo de Riscos Fiscais;
- (C) Orçamento Fiscal;
- (D) Orçamento da Seguridade Social;
- (E) Programação financeira e cronograma de desembolso.

#### 8. FGV - CONT DIST (TJ TO)/TJ TO/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2022

Assunto: Ciclo Orçamentário

O processo orçamentário brasileiro tem suas bases definidas na Constituição da República de 1988, que define as competências dos poderes nessa área. Nos últimos anos, o Poder Legislativo ampliou significativamente sua

influência nesse processo com alterações constitucionais que adicionaram cláusulas impositivas quanto à aprovação e execução de emendas parlamentares ao orçamento.

Mais recentemente foram adicionadas regras relacionadas à inclusão das emendas de relator no Orçamento (emendas RP9). As emendas de relator podem indicar execução de programações de despesa oriundas de parlamentares, de agentes públicos ou da sociedade civil.

Considerando como base uma Receita Corrente Líquida de R\$ 980 bilhões, as emendas de relator no Orçamento têm um teto, em bilhões de reais, de:

- (A) R\$ 9,80;
- (B) R\$ 11,76;
- (C) R\$ 21,56;
- (D) R\$ 43,12;
- (E) R\$ 49,00.

#### 9. FGV - ANA (MPE SC)/MPE SC/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Créditos Adicionais

Determinado ente público abriu um crédito adicional extraordinário em decorrência de uma situação emergencial, que demandou ação governamental e não havia previsão no orçamento do exercício corrente. Posteriormente, foi verificado que o valor da dotação do crédito aberto foi insuficiente para atender a situação emergencial, que ainda persistia.

Nesse caso, o reforço da dotação deve se dar por meio da:

- (A) abertura de um crédito adicional especial;
- (B) abertura de um crédito adicional suplementar;
- (C) abertura de um novo crédito adicional extraordinário;
- (D) alocação de recursos da reserva de contingência;
- (E) realização de uma transposição de recursos.

#### 10. FGV - ANA (MPE SC)/MPE SC/CONTABILIDADE/2022

Assunto: Créditos Adicionais

Durante o exercício financeiro é comum o surgimento da necessidade de autorizar novas despesas ou suplementar despesas insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Como regra geral, os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, mas há casos em que pode haver prorrogação.

Configura condição suficiente para prorrogar a vigência de um crédito adicional que se tenha:

- (A) abertura nos últimos quatro meses do exercício e saldo a empenhar, no caso de créditos especiais;
- (B) previsão na LDO e persistência da situação emergencial, no caso dos créditos extraordinários;
- (C) previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e saldo a empenhar, no caso dos créditos especiais;

## 5. FGV - ANA (MPE GO)/MPE GO/CONTÁBIL/2022

Assunto: Estoques. mensuração, reconhecimento como despesa e divulgação (CPC 16)

Assinale a opção que indica exemplo de itens que não são incluídos no custo dos estoques, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) - Estoques.

- (A) Custos com seguro.
- (B) Custos de transporte.
- (C) Imposto de importação.
- (D) Valor anormal de desperdício de materiais.
- (E) Tributos não recuperáveis junto ao FISCO.

## 6. FGV - ANA (MPE GO)/MPE GO/CONTÁBIL/2022

Assunto: Estoques. mensuração, reconhecimento como despesa e divulgação (CPC 16)

Em 05/01/X0, uma entidade adquiriu R\$10.000 em estoque. O valor equivalia a 100 unidades do produto "k". A entidade incorreu em custos de transporte e de seguro, no valor de, respectivamente, R\$2.000 e R\$4.000. Além disso, comprou um móvel para armazenar o estoque por R\$2.000, com vida útil estimada em dois anos. A entidade paga a seus vendedores comissão de 10% sobre o preço de venda, por cada unidade vendida.

Em janeiro de X0, a entidade vendeu metade do estoque por R\$200,00 cada.

Em fevereiro de X0, o preço unitário passou a ser R\$150,00. No mês, dez unidades foram vendidas. Assinale a opção que indica o valor total do estoque do produto em 28/02/X0.

- (A) R\$5.400.
- (B) R\$5.760.
- (C) R\$6.000.
- (D) R\$6.400.
- (E) R\$7.200.

## 7. FGV - AT (TCE TO)/TCE TO/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2022

Assunto: Operações com mercadorias, tributos incidentes sobre compras e vendas (ICMS, IPI, PIS/Confins)

Uma empresa assina 100 contratos com um cliente no início do mês. Cada contrato inclui a venda de um produto por R\$ 1.000 cada (100 produtos x R\$ 1.000 = R\$ 100.000) e um custo unitário de R\$ 600. O dinheiro será recebido quando o controle dos produtos for transferido no fim do mês. A prática comercial e habitual da empresa é permitir que o cliente devolva qualquer produto não utilizado (estado de novo) no prazo de trinta dias e receba reembolso total. A empresa avalia a carteira conjunta dos 100 contratos. Para estimar a contraprestação variável à qual a empresa terá direito, a entidade decide usar o método do valor esperado, porque é o método pelo qual a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual terá direito.

Usando o método do valor esperado e com base em estatísticas da empresa, ela estima que 3% dos produtos serão devolvidos.

Dessa forma, a empresa contabilizará no fim do mês um(a).

- (A) receita de R\$ 100.000;
- (B) despesa antecipada de R\$ 100.000;
- (C) custo dos produtos vendidos de R\$ 60.000;
- (D) passivo de restituição de R\$ 3.000;
- (E) direito de recuperação de produtos de R\$ 3.000.

## 8. FGV - CONS TE (SEFAZ ES)/SEFAZ ES/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2022

Assunto: Critérios de avaliação do estoque (PEPS, UEPS, Média Ponderada)

Em 02/01/X0, uma loja de vestidos tinha seu estoque avaliado em R\$ 1.000. Ele era composto por dez unidades de vestidos. No mês de janeiro aconteceram as seguintes transações.

- 08/01. compra de 15 vestidos por R\$ 110,00 cada. A loja pagou o frete no valor total de R\$ 120 e o seguro para o transporte no valor total de R\$ 180.

- 12/01. venda de 12 vestidos por R\$ 300,00 cada. A loja pagou a seus vendedores comissão de 20% sobre o preço de venda.

- 20/01. compra de oito vestidos por R\$ 140,00 cada. A loja pagou o frete de R\$ 200, enquanto o seguro de R\$ 100 foi pago pelo vendedor. Dos vestidos, dois foram expostos na vitrine da loja.

- 28/01. venda de 18 vestidos por R\$ 340,00 cada. A loja pagou a seus vendedores comissão de 20% sobre o preço de venda.

Assinale a opção que indica o custo das mercadorias vendidas em janeiro de X0, considerando que a loja utiliza o método PEPS para avaliar seus estoques.

- (A) R\$ 3.370,00.
- (B) R\$ 3.603,00.
- (C) R\$ 3.650,00.
- (D) R\$ 3.775,00.
- (E) R\$ 3.883,00.

## 9. FGV - AFCTE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Critérios de avaliação do estoque (PEPS, UEPS, Média Ponderada)

Uma sociedade empresária, que trabalha com a revenda de mercadorias, está localizada em um país onde a inflação é de 30% ao ano.

Em 01/01/X1, seu estoque, que era avaliado pelo método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai), passou a ser avaliado pelo custo médio ponderado móvel.

## 5. FGV - AUFC (TCU)/TCU/CONTROLE EXTERNO/AUDITORIA GOVERNAMENTAL/2022

Assunto: Eficácia das Normas Constitucionais

Em uma olimpíada universitária, o grupo de estudos XX (GEXX) defende que os direitos fundamentais de primeira dimensão são normalmente veiculados em normas de eficácia plena, sendo o conflito entre eles resolvido no plano da validade. O grupo de estudos ZZ (GEZZ), por sua vez, sustenta que os direitos fundamentais de segunda dimensão são veiculados, na maior parte das vezes, em normas de eficácia contida e, por carecerem de integração pela legislação infraconstitucional, não produzem qualquer efeito até que ela venha a ser editada.

Ao analisar os argumentos apresentados, o júri da olimpíada universitária conclui, corretamente, que o GEXX.

(A) erra apenas ao afirmar que o conflito entre os direitos fundamentais de primeira dimensão é resolvido no plano da validade, enquanto o GEZZ erra apenas ao defender que os de segunda dimensão são veiculados em normas de eficácia contida, não produzindo efeitos até a regulamentação;

(B) está totalmente certo, enquanto o GEZZ erra ao afirmar que os direitos fundamentais de segunda dimensão são veiculados em normas de eficácia contida, carecem de regulamentação e não produzem quaisquer efeitos até a regulamentação;

(C) erra apenas ao afirmar que os direitos fundamentais de primeira dimensão são normalmente veiculados em normas de eficácia plena, enquanto o GEZZ erra apenas ao afirmar que os de segunda dimensão não produzem efeitos até a regulamentação;

(D) está totalmente certo, enquanto o GEZZ erra apenas ao afirmar que os direitos fundamentais de segunda dimensão não produzem efeitos até que sejam regulamentados pela legislação infraconstitucional;

(E) erra apenas ao afirmar que o conflito entre os direitos fundamentais de primeira dimensão é resolvido no plano da validade, enquanto o GEZZ está totalmente certo em seus argumentos.

## 6. FGV - ATIFE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Eficácia das Normas Constitucionais

Maria e Joana, estudiosas do Direito Constitucional, travaram intenso debate a respeito da força normativa das normas programáticas, concluindo corretamente, ao fim, que normas dessa natureza

(A) somente terão força normativa, produzindo algum efeito na realidade, após sua integração pela legislação infraconstitucional.

(B) somente adquirem eficácia após sua integração pela legislação infraconstitucional, não ostentando, até então, a natureza de verdadeiras normas.

(C) somente podem ser utilizadas, no controle de constitucionalidade, quando inexistir norma de eficácia plena que possa ser utilizada como paradigma de confronto.

(D) a exemplo de qualquer norma de eficácia contida, não ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas, já que seu alcance será delineado pela legislação infraconstitucional.

(E) possuem eficácia, mas de modo limitado, devendo direcionar a interpretação dos demais comandos da ordem jurídica, além de revogar as normas infraconstitucionais preexistentes que se mostrem incompatíveis com elas.

## 7. FGV - OAB UNI NAC/OAB/2022

Assunto: Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

No Preâmbulo da Constituição do Estado Alfa consta.

*“Nós, Deputados Estaduais Constituintes, no pleno exercício dos poderes outorgados pelo artigo 11 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, reunidos em Assembleia, no pleno exercício do mandato, de acordo com a vontade política dos cidadãos deste Estado, dentro dos limites autorizados pelos princípios constitucionais que disciplinam a Federação Brasileira, promulgamos, sob a proteção de Deus, a presente Constituição do Estado Alfa.”*

Diante de tal fragmento e de acordo com a teoria do poder constituinte, o ato em tela deve ser corretamente enquadrado como forma de expressão legítima do poder constituinte

(A) originário.

(B) derivado difuso.

(C) derivado decorrente.

(D) derivado reformador.

## 8. FGV - PJ (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Métodos e princípios de interpretação das normas constitucionais

Maria e Joana, ativistas de direitos humanos, travaram intenso debate a respeito da forma de coexistência dos direitos fundamentais e destes com certas medidas de interesse coletivo. Maria defende que, de acordo com a teoria interna, os pontos de tensão entre direitos devem ser superados no processo de interpretação, estando

lastreada na dicotomia entre direito e restrição, que direciona a atuação do intérprete. Joana, por sua vez, entende que a teoria externa está lastreada na concepção de limite imanente, a qual direciona a resolução dos conflitos entre direitos fundamentais, sendo comum o uso da técnica da ponderação de interesses.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que.

## 5. FGV - AJ (TJDFT)/TJDFT/APOIO ESPECIALIZADO/MEDICINA DO TRABALHO/2022

Assunto: Acidente de Trabalho

Trabalhadora de 32 anos, considerada apta para o trabalho em seu exame admissional, após trabalhar por três anos numa empresa metalúrgica como auxiliar de expedição, executando movimentos de levantamento de cargas de até 25 kg para carregar caminhões durante toda a jornada de trabalho, desenvolveu quadro de omalgia à direita, com dificuldade para extensão, flexão, rotação externa e abdução do respectivo ombro. Procurando o SUS, foi diagnosticada com lesão no ombro direito, e emitido atestado médico para afastamento do trabalho por 45 dias para tratamento clínico, fisioterápico, acupunturiátrico (acupuntura médica) e repouso terapêutico.

Acionada a Vigilância em Saúde do Trabalhador, foram constatados esforços repetitivos no posto de trabalho da trabalhadora. A trabalhadora aguarda a avaliação pericial agendada no INSS.

Nesse caso, o médico assistente deverá.

(A) emitir o relatório médico para fins periciais no INSS, descrevendo o quadro clínico (com CID), sem relacioná-lo ao trabalho, as limitações funcionais do ombro e o tempo necessário de repouso terapêutico;

(B) emitir o relatório médico para fins periciais, descrevendo o diagnóstico (com CID) como sendo compatível com LER/DORT, as limitações funcionais do ombro e o tempo necessário de repouso terapêutico e, por fim, informar a Vigilância Epidemiológica para notificar o caso no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan);

(C) emitir o relatório médico para fins periciais, descrevendo o diagnóstico (com CID), sem relacioná-lo ao trabalho, a incapacidade (limitação funcional) e o tempo de tratamento com necessidade de repouso terapêutico, e solicitar à empresa a emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) ou, se for o caso, registro no e-social;

(D) emitir o relatório médico para fins periciais, descrevendo o diagnóstico (com CID) como sendo compatível com LER/DORT, constando a limitação funcional do ombro e o tempo de repouso para tratamento; solicitar à empresa a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) ou, se for o caso, registro no e-social; e, por fim, informar a Vigilância Epidemiológica para notificar o caso no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan);

(E) emitir relatório médico para fins periciais, descrevendo o diagnóstico (com CID), as limitações funcionais e o tempo de afastamento para repouso terapêutico; emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), com data do acidente coincidente ao afastamento do

trabalho e, por fim, informar a Vigilância Epidemiológica para notificar o caso no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan).

## 6. FGV - AJ (TJDFT)/TJDFT/APOIO ESPECIALIZADO/MEDICINA DO TRABALHO/2022

Assunto: Acidente de Trabalho

A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, considera acidente de trabalho aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou.

(A) pelo exercício do trabalho dos segurados especiais e autônomos, provocando lesão corporal ou a perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho;

(B) de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais e dos servidores públicos estatutários, provocando lesão corporal ou a perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho;

(C) de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou a perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho;

(D) pelo exercício do trabalho autônomo, provocando lesão corporal e a perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho;

(E) pelo exercício do trabalho dos servidores públicos estatutários, provocando lesão corporal ou a perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

## 7. FGV - ES (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/ADVOGADO/2022

Assunto: Acidente de Trabalho

Em março de 2022, dois vigilantes terceirizados atuavam em favor do Município de Manaus na mesma escala de serviço. Após uma discussão envolvendo rivalidade entre os times de futebol desses empregados, eles se desentenderam no posto de serviço e, no calor da emoção, um deles sacou a arma que portava e atirou no colega, ferindo-o no braço. Em razão do evento, a vítima permaneceu afastada por 58 dias para se submeter a uma cirurgia para retirada da bala que ficou alojada no braço e se recuperar. Em parte desse período, o vigilante ferido recebeu auxílio por incapacidade temporária.

Diante da situação apresentada e de acordo com a Lei de Regência, assinale a afirmativa correta.

(C) todos os tributos estão sujeitos aos princípios da anterioridade e da anterioridade nonagesimal, ressalvadas as exceções constitucionais;

(D) todos os tributos estão sujeitos ao princípio da anterioridade, mas apenas as contribuições sociais se submetem ao princípio da anterioridade nonagesimal;

(E) todos os impostos estão sujeitos ao princípio da anterioridade, mas apenas as contribuições sociais e os impostos expressamente indicados se submetem ao da anterioridade nonagesimal.

#### 10. FGV - JE TJPE/TJ PE/2022

Assunto: Imunidades Tributárias

Sociedade de economia mista estadual responsável pelo saneamento básico no Estado Alfa, que possui ações negociadas em bolsa de valores, requereu ao Município Beta, quanto a seu edifício sede situado em território municipal.

(A) reconhecimento de imunidade tributária de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

(B) concessão de isenção de Contribuição de Iluminação Pública (Cosip) prevista em lei específica municipal em favor da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Diante desse cenário e à luz da Constituição da República de 1988 e do entendimento dominante dos Tribunais Superiores, tal empresa estatal.

(A) faz jus à imunidade tributária de IPTU e à isenção de Cosip;

(B) faz jus à imunidade tributária de IPTU, mas não à isenção de Cosip;

(C) faz jus à imunidade tributária de IPTU e à isenção de Cosip proporcionalmente às ações detidas pelo Poder Público;

(D) não faz jus à imunidade tributária de IPTU, mas sim à isenção de Cosip;

(E) não faz jus à imunidade tributária de IPTU nem à isenção de Cosip.

#### 11. FGV - AAFE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Repartição da Competência Tributária (privativa, comum, cumulativa, residual, extraordinária)

Nosso sistema tributário caracteriza-se por tributos específicos que devem ser recolhidos por cada ente federativo.

Tratando apenas de impostos, assinale a opção que indica os que são de competência dos Estados.

(A) O ITBI, o ICMS e o IPVA.

(B) O ITCMD, o IPI e o ICMS.

(C) O ITBI, o ICMS e o IPTU.

(D) O ITCMD, o ICMS e o IPVA.

(E) O ICMS, o IPVA e a COSIP.

#### 12. FGV - CONS TE (SEFAZ ES)/SEFAZ ES/CIÊNCIAS ECONÔMICAS/2022

Assunto: Vigência e Aplicação da Legislação Tributária (arts. 101 a 106 do CTN)

Resolução do Secretário de Fazenda do Estado Alfa, publicada em 20/09/2021, determinou que a declaração do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD) deveria ser entregue pelo sujeito passivo por meio de novo formulário aprovado em anexo a esta Resolução. A Resolução também afirmou que produzirá efeitos 60 dias após sua publicação.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

(A) A Resolução pode determinar a entrega da declaração em formulário próprio.

(B) A Resolução violou o princípio tributário da anterioridade anual.

(C) A Resolução violou o princípio tributário da anterioridade nonagesimal.

(D) A Resolução violou o princípio tributário da legalidade.

(E) Somente Decreto do Governador do Estado poderia alterar a sistemática de entrega de declaração do ITCMD.

#### 13. FGV - OAB UNI NAC/OAB/2022

Assunto: Interpretação e Integração da Legislação Tributária (arts. 107 a 112 do CTN)

O Estado Alfa concedeu por lei ordinária, observadas as regras orçamentárias, isenção de IPVA para automóveis exclusivamente elétricos, fundamentando que a tributação possui uma importante função extrafiscal e objetivos ecológicos.

José é proprietário de um automóvel registrado perante o DETRAN do Estado Alfa, movido a biogás, combustível considerado inovador e não poluente, produzido a partir de resíduos orgânicos como lixo, cana, biomassa etc. e refinado em biometano para abastecer carros.

Desejando José obter para si o mesmo benefício fiscal dos carros elétricos, ele contrata você, como advogado(a), para fins de requerimento administrativo da isenção.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

(A) É possível a concessão do benefício fiscal por analogia e interpretação extensiva aos automóveis movidos a combustível de biogás.

(B) É possível a concessão do benefício fiscal, tendo em vista a função extrafiscal e o objetivo ecológico do combustível de biogás.

(C) Não é possível a concessão do benefício fiscal aos automóveis movidos a biogás, pois deve ser interpretada literalmente a legislação que dispõe sobre a outorga de isenção.

- (A) Exercer qualquer atividade de contribuinte individual.
- (B) Receber no máximo 2 salários mínimos por mês de média anual pela atividade.
- (C) Ser sócio de mais de uma empresa, desde que a remuneração não passe de 3 salários mínimos.
- (D) Contratar, no máximo, 3 funcionários.
- (E) Não ser sócio ou administrador de mais de uma empresa.

5. FGV - AG TE (SEFAZ BA)/SEFAZ BA/ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA/2022

Assunto: Da Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte (arts. 3º a 3º-B da LC nº 123/2006)

A sociedade empresária X optou pela sistemática de apuração e recolhimento simplificado do Simples Nacional e auferiu receita bruta de

- (i) R\$ 350.000,00, no ano-calendário de 2018;
- (ii) R\$ 1.500.000,00, no ano-calendário de 2019;
- (iii) R\$ 4.500.000,00, no ano-calendário de 2020; e
- (iv) R\$ 6.500.000,00, no ano-calendário de 2021.

Sobre a hipótese descrita e considerando o total de receita bruta auferida no ano-calendário, assinale a afirmativa correta.

- (A) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como microempresa, mantendo-se em 2019; em 2020 foi reenquadrada como empresa de pequeno porte; e em 2021, no mês subsequente à ocorrência do excesso, foi excluída do Simples Nacional.
- (B) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como empresa de pequeno porte, mantendo-se em 2019 e 2020; sendo excluída do Simples Nacional em 2021, no mês subsequente à ocorrência do excesso.
- (C) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como microempresa; em 2019 foi reenquadrada como empresa de pequeno porte, mantendo-se em 2020; e em 2021, no mês subsequente à ocorrência do excesso, foi excluída do Simples Nacional.
- (D) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como microempresa; em 2019 foi reenquadrada como empresa de pequeno porte; e em 2020, no mês no subsequente à ocorrência do excesso, foi excluída do Simples Nacional, mantendo-se a exclusão no ano seguinte.
- (E) A receita bruta auferida em 2018 enquadra a sociedade empresária X como microempresa; em 2019 foi reenquadrada como empresa de pequeno porte, mantendo-se em 2020 e 2021.

6. FGV - AFCTE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022  
Assunto: Dos Tributos e Contribuições (arts. 12 a 41 da LC nº 123/2006)

Um empresário procura a Receita Estadual buscando informações sobre o Simples, com a perspectiva de recolher vários tributos em um único documento.

Como exemplo dos tributos recolhidos no Simples Nacional, em Documento Único de Arrecadação na forma da LC 123/2006, temos

- (A) IRPJ, Contribuição Previdenciária Patronal, IPI e ISS.
- (B) IRPJ, Imposto de Importação, IOF e COFINS.
- (C) IPI, ISS, ICMS e ITR.
- (D) IRPJ, ISS, ITR e IPTU.
- (E) IRPJ, Contribuição Previdenciária dos Trabalhadores, IPI e ITR.

7. FGV - AFCTE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022  
Assunto: Dos Tributos e Contribuições (arts. 12 a 41 da LC nº 123/2006)

Na definição de microempresa e empresa de pequeno porte para fins de enquadramento no regime de tributação do Simples na forma estabelecida pela LC nº 123/2006, a receita bruta anual é decisiva. Até R\$ 360.000,00 é microempresa e de R\$360.000,01 a R\$4.800.000,00 é considerado EPP – Empresa de Pequeno Porte.

Assim, é **correto** afirmar que

- (A) a microempresa que passar a EPP pela sua receita bruta precisa comunicar à Receita Federal essa troca.
- (B) a EPP não pode passar a Microempresa.
- (C) qualquer Microempresa ou EPP que respeitar tais limites estará obrigatoriamente no Simples.
- (D) o MEI, a Microempresa e a EPP estão dispensados dos recolhimentos dos demais tributos não englobados no Documento Único Mensal do Simples.
- (E) a microempresa que superar a receita bruta anual, se tornará EPP, passando a recolher mensalmente com base nas novas alíquotas, sem necessidade de maiores formalidades.

8. FGV - AFTE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022  
Assunto: Dos Tributos e Contribuições (arts. 12 a 41 da LC nº 123/2006)

Em observância a dispositivos constitucionais que determinam a concessão de tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, foi promulgada a Lei Complementar nº 123, em 2006. Este diploma legal contém normas que disciplinam tal tratamento especial no que se refere à apuração e ao recolhimento dos impostos e das contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias – o Simples Nacional.